



União Europeia
Política Regional

pt info regio panorama

10

Junho de 2003

Mesa-redonda

Cities for Cohesion

Em foco

ISPA

Descoberta de um
país aderente

Polónia

Descoberta de uma
região

Saxónia-Anhalt
(Alemanha)



A caminho do alargamento

Mesa-redonda

«Cities for Cohesion»: a solidariedade urbana no coração da Europa

Que papel podem desempenhar as cidades na construção de uma Europa solidária e próspera? Como ter mais em conta nas políticas europeias a dimensão urbana? *InfoRegio Panorama* colocou estas questões a quatro eminentes representantes da rede «Cities for Cohesion» (Cidades para a Coesão): Jean-Paul Huchon, presidente da Região Île-de-France (França), Manuel Royes i Vila, presidente da Diputació de Barcelona (Espanha), Edgar Savisaar, presidente da Câmara de Tallinn (Estónia) e Lord Smith of Leigh, responsável pela «Association of Greater Manchester Authorities» (Reino Unido).

Na Europa há muitas zonas urbanas que apresentam uma contradição entre um acentuado crescimento e o aparecimento de bairros com grandes dificuldades. Como evitar estas dualidades que prejudicam a coesão social e económica?

Jean-Paul Huchon, Île-de-France



Esta problemática assume uma dimensão verdadeiramente comunitária, uma vez que não são só as aglomerações da União, mas também as dos futuros

Estados-Membros, que estão confrontadas com fortes disparidades internas. Os números não expressam as realidades existentes. Os nossos territórios são locais de vida onde muitas vezes se concentram dificuldades sociais, urbanas e ambientais. Este desafio dum crescimento desigual tem de ser tomado em linha de conta politicamente. Se quisermos uma

Europa forte, temos necessidade de solidariedades fortes. É verdade que são as cidades e as regiões europeias, pelas suas prerrogativas e pela sua proximidade, que estão mais vocacionadas para implementar políticas eficazes, mas temos necessidade do apoio financeiro da União. Estou convencido de que os fundos europeus são o melhor meio para favorecer a apropriação concreta e positiva da Europa pelos seus cidadãos. Uma política regional europeia ambiciosa, ao serviço de todos e com uma dimensão urbana forte, poderá dar resposta não só às necessidades específicas das zonas fragilizadas como também aproveitar as oportunidades destes territórios, motores de crescimento.

Lord Smith of Leigh, Greater Manchester



O futuro da política de coesão da União Europeia deve ter em linha de conta a dimensão urbana da política de coesão em todos os seus



No centro renovado de Manchester.

aspectos. Incluindo o papel dos fundos estruturais, os auxílios de Estado, a política de transportes e todas as questões que têm a ver com as zonas urbanas. Pensamos que o caminho certo reside na adopção da estratégia de Lisboa: fazer da União Europeia a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, com um crescimento económico sustentável, com mais empregos e de melhor qualidade e com maior coesão social. Na Grande Manchester estamos em vias de criar o nosso estatuto de «capital do conhecimento». Em muitos aspectos reflectimos os objectivos da estratégia

Sumário

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG Política Regional

Esta revista está disponível em 11 línguas da União Europeia no sítio Internet http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm. É impressa em cinco línguas (FR, EN, DE, ES e IT) em papel reciclado. Os textos desta publicação não têm valor legal.

Fotos (páginas): Landesmarketing Sachsen-Anhalt GmbH (1, 12), Marketing Manchester (2), Cities for Cohesion (2, 3, 4), Mike St. Maur Sheil (6, 14, 15), ISPA/Lithuanian Ministry of the Environment (8), Polish Tourism Organisation (10), Ministerstwo Gospodarki, Pracy i Polityki Społecznej (11), Verbindungsbüro des Landes Sachsen-Anhalt (13)

Capa: Estudantes de Arte em Halle (Saxónia-Anhalt)



de Lisboa. Isso não significa apenas desenvolver a nossa excelência no domínio da investigação, mas implica igualmente transferir essa capacidade de investigação para as empresas locais, reforçar o saber-fazer e o nível de qualificações da população local e promover o arranque de novas empresas de ponta. Trata-se, por consequência, de desempenhar um papel mais importante no desenvolvimento económico da Grande Manchester, favorecendo sectores em crescimento, bem como as medidas de revitalização urbana.

A Comissão Europeia lançou uma reflexão sobre o futuro da política de coesão económica e social. Em que medida pensam que a questão «urbana» deve estar no centro das futuras políticas comunitárias de coesão?

Jean-Paul Huchon, Île-de-France

É essencial para as nossas regiões, para os nossos países e para a coesão do nosso continente. Entre 60% e 80% da população europeia vive nestas grandes zonas urbanas. A Comissão deu prioridade, nas suas preocupações, à questão urbana. Esta deve estar no centro da futura política estrutural, através de um duplo objectivo: ajudar as zonas urbanas em dificuldade a procederem a uma revitalização sustentável e a atingirem os objectivos de Lisboa para fazer da Europa, até 2010, a economia baseada no conhecimento mais competitiva. O ano de 2003 é crucial. É agora que a Comissão elabora as suas propostas para a política de coesão após 2006. É

por isso que, juntamente com os meus parceiros europeus, estamos muito activos. Eu consideraria a decisão de restringir os fundos europeus a favor dos nossos territórios em reestruturação e em crise urbana como um recuo político e social, o que seria dificilmente compreensível para as nossas populações. Em minha opinião, seria um perigo pensar que a política regional esgotou a sua missão.

Manuel Royes i Vila, Diputació de Barcelona



A grande maioria dos europeus vive em cidades. É nelas que se concentram a riqueza e a capacidade produtiva, mas também graves problemas, como as

elevadas taxas de desemprego, problemas de exclusão social e degradação do ambiente. As cidades europeias têm grande capacidade, são dinâmicas e podem criar alternativas inovadoras para os seus problemas. Mas é preciso apoiá-las. É por isso que é fundamental colocar a questão urbana no centro da política de coesão económica e social da União Europeia para além de 2006. É necessário criar instrumentos de apoio integral do desenvolvimento urbano. Estes instrumentos devem ultrapassar as abordagens mais clássicas das acções estruturais, especialmente nas regiões não abrangidas pelo objectivo n.º 1. Deveriam propor soluções inovadoras, com grande valor acrescentado a nível comunitário, resultantes de processos participativos e claramente sustentáveis.

A iniciativa URBAN avança com vários elementos inovadores, como a integração entre as diferentes políticas, a facilidade e flexibilidade, a parceria com as associações locais, etc. Poderão estes elementos, em vossa opinião, inspirar mais os fundos estruturais?

Manuel Royes i Vila, Diputació de Barcelona

A ideia de cooperação prevista na iniciativa comunitária URBAN II é, na sua essência, muito positiva. Através das intervenções previstas num projecto URBAN facilita-se um quadro de trabalho pluridisciplinar e plurianual entre os diferentes níveis de administração e os agentes socioeconómicos, um quadro que é difícil conseguir de outra forma. Esta experiência pode, perfeitamente, ser transmitida às outras intervenções financiadas pelos fundos estruturais e pelas novas iniciativas comunitárias previstas para depois de 2006, desde que os Estados-Membros forneçam os meios necessários para a satisfação do princípio da cooperação previsto no regulamento geral dos fundos. Neste sentido, o que as actuais cidades da União Europeia, beneficiárias ou não da iniciativa URBAN, oferecem terá grande valor acrescentado para as cidades e áreas metropolitanas dos países candidatos à adesão.

Lord Smith of Leigh, Greater Manchester

Há muitos elementos do URBAN que nos agradam: a parceria, uma abordagem integrada, um único fundo e a flexibilidade. No entanto, pensamos que, para servir de modelo, a actual iniciativa URBAN tem uma

9



Polónia: uma grande entrada

12



Saxónia-Anhalt: conjugar ciência e economia

14



A unificação dos sítios arqueológicos de Atenas (Grécia)

dimensão muito pequena, muito pequena do ponto de vista do orçamento e muito pequena em número de projectos. Além disso, mesmo que as iniciativas territoriais sejam importantes, devemos também estar atentos ao desenvolvimento dos sectores em expansão.

Edgar Savisaar, Tallinn



A iniciativa URBAN constitui certamente um instrumento muito importante para o desenvolvimento das cidades. E muitas das suas qualidades, em

especial a estreita parceria com as autoridades locais, devem inspirar os fundos estruturais em geral. No entanto, é preciso lembrar que quando ocorrer o alargamento, em 2004, as cidades dos novos Estados-Membros não terão acesso a esta iniciativa. Com efeito, a Comissão explicou-nos que, por dois anos, não seria prático abrir o programa aos países aderentes. Contudo, consideramos que o facto de participar na iniciativa URBAN nos daria uma grande experiência na coordenação de um programa totalmente integrado, bem como uma experiência no desenvolvimento de parcerias fortes. Pensamos que se as cidades dos países aderentes forem excluídas deste processo, ficaremos privados dessa experiência e de um importante trabalho de base para o futuro. A experiência que poderíamos adquirir através desta iniciativa poderia ajudar-nos a criar projectos de elevada qualidade, bem geridos, plenamente integrados, com parcerias

fortes na óptica dos fundos estruturais após 2006.

Que futuro antevêm para a rede «Cities for Cohesion»? Como pensam desenvolvê-la e alargá-la no futuro?

Edgar Savisaar, Tallinn

Até agora, só duas cidades de dois países candidatos são membros da nossa rede: Tallinn e Praga. Com o alargamento da União Europeia esperamos que outras cidades de outros Estados-Membros se juntem a nós, para podermos prosseguir objectivos comuns. É importante lembrarmo-nos que as representações regionais e locais constituem apenas 6% das delegações situadas em Bruxelas e que cooperam com as instituições europeias. Se a União Europeia quiser tomar decisões esclarecidas e sustentáveis, deve ouvir todos os parceiros interessados. As autoridades locais e regionais, enquanto representantes directos dos cidadãos, devem estar presentes e fazer-se ouvir, a fim de ajudar a União Europeia a tornar-se mais democrática e a estar mais perto dos cidadãos.

Lord Smith of Leigh, Greater Manchester

A rede «Cities for Cohesion», na sua tomada de posição inicial, salientou dez princípios fundamentais que devem estar subjacentes a qualquer política futura de coesão. Actualmente estamos à procura de soluções para promover esses dez princípios. Salientamos três preocupações: as necessidades das zonas urbanas, as vantagens que as zonas urbanas constituem para as regiões e para a União Europeia e os recursos ao dispor destas zonas. O nosso grupo

tem uma abordagem muito informal. E é evidente que ficaremos muito satisfeitos em acolher outras organizações que possam juntar a sua voz ao grupo das «Cities for Cohesion» e partilhar os seus objectivos.

Cidades para a Coesão

A rede «Cities for Cohesion» funciona como uma plataforma aberta de intercâmbio e de acções comuns entre colectividades territoriais da Europa.

Em Junho de 2002 tinham aderido ao manifesto das «Cities for Cohesion», ao todo, 16 entidades urbanas ao longo da Europa. Nesse texto os signatários salientam dez princípios fundamentais que evidenciam um maior destaque da dimensão urbana na política de coesão económica e social. Há uma ideia que lhes é extremamente cara: a necessidade de integrar melhor as políticas através dos fundos estruturais.

Os membros da rede «Cities for Cohesion» querem actuar em duas frentes complementares: resolver não só as dificuldades dos bairros em crise como também reforçar o papel das cidades num processo geral de crescimento europeu. Para eles, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social estão ligados. Neste contexto, só é possível atacar as bolsas de pobreza nas cidades se nos apoiarmos em territórios mais vastos: é conveniente evitar, em absoluto, os «efeitos de gueto».

Actualmente, embora continuando a contribuir com reflexões encorajadoras sobre os princípios das políticas, «Cities for Cohesion» gostaria de dar um novo passo: montar, a partir das colectividades urbanas, projectos concretos de cooperação que prossigam o objectivo da coesão.

Contacto:

Catherine Feore
Tel.: (32-2) 229 53 75
E-mail:
catherine.feore@agma-brussels.org
Página Internet:
<http://www.citiesforcohesion.org>



Os parceiros da rede «Cities for Cohesion»

Amesterdão, Association of London Government, Berlim, Diputació de Barcelona, Copenhaga, Frankfurt-Rhein-Main, Greater London Authority, Greater Manchester, Greater Merseyside, Região Île-de-France, Malmö, Praga, Estocolmo, Tallinn e Viena.

Salienta-se que a **Região Bruxelas-Capital** apoia a rede sem aderir formalmente à mesma.

A futura gestão dos fundos estruturais: que partilha de responsabilidades? Evolução e não revolução

Como será possível, a partir de 2007, fazer evoluir as modalidades de gestão dos fundos estruturais sem prejudicar o valor acrescentado comunitário da política estrutural e as responsabilidades da Comissão em matéria de controlo? Em 3 e 4 de Março de 2003, mais de 500 representantes de administrações nacionais, de autoridades de gestão e de colectividades territoriais debateram esta questão complexa com a Comissão Europeia. A mensagem dos participantes é clara: querem melhoramentos e adaptações, mas não um corte radical com o passado.



Desde há dois anos que, por iniciativa do comissário Michel Barnier, a Comissão Europeia lançou um vasto debate sobre o futuro da política de coesão. A par desta «vertente conteúdo», coloca-se uma questão complementar ligada à organização: como é que para lá de 2006 (o termo actual) serão geridos os fundos estruturais? Este problema é ainda mais importante porque, a partir de 2004, dez novos Estados-Membros vêm juntar-se à União Europeia. É evidente que as regras de gestão terão de ser adaptadas para ter em conta este novo quadro diversificado.

Uma reforma inevitável

Já em 1999 houve uma primeira reforma que claramente acentuou a descentralização em matéria de gestão, reforçando, em contrapartida, o controlo exercido pela Comissão. Mas este sistema suscitou críticas: houve quem denunciase a sobreposição dos procedimentos de controlo. Algumas pessoas criticaram a Comissão por regulamentar em demasia. Outras mostraram-se preocupadas com as consequências de uma gestão uniforme em contextos administrativos muito diferentes.

Como ir mais longe e melhorar as coisas? Michel Barnier reconheceu desde o início, no seminário de 3 e 4 de Março, a necessidade de prosseguir a reforma. A meio do período de

programação 2000-2006, é tempo de nos debruçarmos sobre as futuras regras de gestão, salientou o comissário na sua introdução.

Sendo assim, acrescentou, importa traçar um balanço ajustado no final dos três primeiros anos do actual período. Porque, como é evidente, nem tudo está certo. Há pontos positivos que começam a surgir, como o benefício da programação plurianual, o lançamento das parcerias ou a integração progressiva da cultura de avaliação. No entanto, reconheceu Michel Barnier, continua a haver um ponto fraco: a ausência de uma descentralização efectiva.

Três desafios

Partindo desta análise, o comissário identificou três grandes desafios a enfrentar.

Como é possível clarificar melhor as responsabilidades inerentes à Comissão, aos Estados-Membros e às regiões? Por um lado, é preciso uma maior descentralização para os Estados e as regiões, mas esta transferência de poderes não deve contrariar o artigo 274.º do Tratado, que responsabiliza a Comissão, em última instância, pela execução e pela boa gestão do orçamento.

Segundo grande desafio: deverá manter-se um sistema uniforme de gestão ou é possível conceber uma maior diferenciação, em função dos montantes atribuídos e das capacidades dos diferentes Estados-Membros?

Terceira e última questão: actualmente, a Comissão concentra a sua acção no controlo das despesas; no futuro não deverá preocupar-se mais com a avaliação dos resultados e dos objectivos políticos e estratégicos?

Uma preocupação de equilíbrio

Quer se tratasse do trabalho em grupos ou em plenário, os debates foram bastante vivos. No total, intervieram cerca de 250 delegados, ou seja, quase um interveniente por cada dois delegados.

Apesar dos pontos de vista expressos serem muito diversos, sobressaíram claramente duas ideias-força.

Primeira tendência: os participantes manifestaram o seu desejo de mudança, mas precisaram que devia tratar-se de uma evolução e não de uma revolução. As autoridades de gestão não desejam uma alteração completa das regras, o que constituiria uma fonte de insegurança. Exemplos desta preocupação de equilíbrio: reclamaram maior flexibilidade, admitindo a manutenção de regras comuns de gestão no que se refere aos princípios essenciais. Solicitaram menos peso nos procedimentos, sem pôr em causa o princípio dos controlos.

Segunda mensagem forte: embora a subsidiariedade seja efectivamente desejável, a descentralização não deve conduzir à renacionalização nem à ausência de regras para a utilização dos fundos comunitários. A Comissão Europeia não pode subtrair-se às suas próprias obrigações. Em matéria de gestão dos fundos, deve poder justificar-se perante o Parlamento Europeu e o Tribunal de Contas. Uma limitação que se justifica plenamente em virtude dos mecanismos democráticos de controlo e pela preocupação de transparência em relação aos cidadãos.

Informações mais detalhadas estão disponíveis no endereço:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docconf/responsibilities/index_fr.htm

Para que adesão rime com coesão

O papel fundamental do ISPA nos países da Europa Central e Oriental

Entre 2000 e 2002, a União decidiu conceder subvenções do Instrumento Estrutural de Pré-Adesão (ISPA) a 249 projectos em matéria de transportes e ambiente — dois sectores em que as necessidades de investimento são enormes — nos dez países candidatos da Europa Central e Oriental. A um ano da adesão de oito destes países, o ISPA já está a exercer um significativo efeito de alavanca.

De 15 para 25: dez novos Estados-Membros vão entrar, em 1 de Maio de 2004, na União Europeia. Do ponto de vista económico, este alargamento, de uma dimensão sem precedentes, representará para a União um potencial considerável devido, nomeadamente, à taxa de crescimento mais elevada dos países aderentes e às oportunidades proporcionadas por um mercado único mais vasto. Mas o alargamento apresenta também desafios. Entre os aderentes figuram oito Países da Europa Central e Oriental (PECO) — Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia — cujo rendimento é

globalmente inferior a 40% da média da União alargada. A nível da União, a diferença de desenvolvimento entre as regiões mais ricas e mais pobres — situadas maioritariamente nos novos Estados-Membros — passará para o dobro. Para assegurar o desenvolvimento harmonioso da Europa dos 25, a política comunitária de coesão económica e social vai estar mais do que nunca na ordem do dia. A importância deste desafio levou a União a elaborar, contrariamente ao que sucedeu nos alargamentos anteriores, uma «estratégia de pré-adesão» e a conceder ajudas estruturais aos dez PECO candidatos mesmo antes da sua adesão. Estas ajudas de pré-



Esta estrada da Roménia foi melhorada com financiamentos comunitários.

-adesão, que ascendem a um total de 21,84 mil milhões de euros ⁽¹⁾ num período de sete anos (2000-2006), são organizadas em parcerias para a adesão criadas entre a Comissão Europeia e cada país candidato. São repartidas por três instrumentos financeiros. O primeiro, Phare ⁽²⁾, visa o reforço das instituições, o desenvolvimento regional e social e a reestruturação industrial e das PME. O Sapard ⁽³⁾ apoia medidas de desenvolvimento agrícola e rural. O ISPA, por seu lado, co-financia infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes.

O ISPA assenta no modelo do Fundo de Coesão

Nestes dois domínios, os países aderentes têm de fazer face a problemas consideráveis, que exigem com urgência importantes investimentos. Tal como o Fundo de Coesão, aplicado de forma análoga em quatro dos actuais Estados-Membros (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal), o papel do ISPA consiste em ajudar os PECO a realizarem estes investimentos sem comprometer os seus esforços de gestão orçamental. Coloca à sua disposição um montante global de 7,28 mil milhões de euros (1,04 mil milhões por ano) e co-financia, em função das prioridades fixadas pelas parcerias para a adesão, três categorias de acções:

- Projectos que visam a aplicação das normas legais europeias e dos princípios comunitários em matéria de ambiente (princípios da precaução, da prevenção e da correcção das agressões ambientais na fonte e princípio do poluidor-pagador). A ajuda centra-se em investimentos importantes destinados a resolver problemas ambientais graves, como o abastecimento de água potável, o tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos ou a poluição do ar.
- Projectos orientados para as redes transeuropeias de transportes (RTE), através da criação ou renovação de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias ou aeroportuárias, da ligação das redes nacionais e da sua ligação às RTE. Os investimentos são afectados a projectos que favoreçam modos de transporte eficazes, intermodais (rodoferroviários, etc.) e respeitadores do ambiente.
- Acções de assistência técnica e estudos preparatórios em estreita ligação com os projectos acima indicados. Estas acções destinam-se a garantir uma elevada qualidade dos projectos, tanto em termos de eficácia técnica como de gestão, favorecendo uma gestão descentralizada.

⁽¹⁾ A preços de 1999.

⁽²⁾ Inicialmente (1990): «Polónia, Hungria, Ajuda à Reconstrução Económica», ou seja, «Phare».

⁽³⁾ Programa Especial de Adesão para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.

É assegurado um equilíbrio entre os projectos ambientais e os relativos aos transportes. Para além das realizações físicas, um dos objectivos importantes do ISPA, associado à descentralização, é permitir que os beneficiários se familiarizem com a programação das ajudas comunitárias e com os procedimentos exigidos, nomeadamente em matéria de adjudicação de contratos, de gestão ou de avaliação. Esta experiência será preciosa quando for necessário gerir, após a adesão, os projectos co-financiados pelo Fundo de Coesão ou pelos fundos estruturais.

249 projectos aprovados entre 2000 e 2002

Durante os três primeiros anos foi decidida a atribuição da ajuda do ISPA a 249 projectos e a contribuição comunitária prevista eleva-se a mais de 5 648 milhões de euros, para um custo total elegível de 8 753 milhões ⁽¹⁾. Esta contribuição ultrapassa já 73% da dotação global do ISPA para o período 2000-2006. No final de 2002, os pagamentos efectuados elevavam-se a 600 milhões de euros, ou seja, três vezes mais do que no final de 2001. Por sector, 56,19% das subvenções aprovadas referem-se aos transportes, 43,14% ao ambiente, 0,14% à descentralização e 0,53% a uma ajuda especial para atenuar as consequências das recentes inundações.

A um ano das próximas adesões, há já uma primeira vaga de projectos ISPA bem adiantados; a sua utilidade para a sociedade, para a economia e para o ambiente, bem como o seu «valor acrescentado» europeu começam a tornar-se visíveis. Embora ainda haja muito a fazer para desenvolver estruturas de gestão e de controlo adequadas, as administrações públicas dos PECO começam a adquirir, pouco a pouco, a experiência de execução de grandes projectos de infra-estruturas, em condições comparáveis às que existirão após a adesão.

A partir de Maio de 2004, todos os projectos ISPA para os novos Estados-Membros passarão a ser projectos do Fundo de Coesão, que disporá de um terço (7,591 biliões de euros) da dotação comunitária para as acções estruturais nestes países entre 2004 e 2006. Os fundos já autorizados no âmbito do ISPA serão utilizados em primeiro lugar. O orçamento ISPA não absorvido nestes países será reintegrado no orçamento da Comissão. Quanto aos dois PECO que não vão entrar em 2004, a Bulgária e a Roménia, poderão receber montantes mais importantes do que os actuais, cujo nível ainda está por fixar, não se pretendendo com isso esgotar o que resta do orçamento do ISPA, mas apoiar projectos eficazes ao serviço da coesão.

Para mais informações:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/funds/ispa/enlarge_fr.htm

Vilnius (Lituânia)

Gerir os resíduos de maneira transparente

Pela primeira vez num projecto ISPA, uma organização não governamental da Lituânia participou na preparação do projecto de gestão dos resíduos sólidos municipais da região de Vilnius.

A região de Vilnius debate-se com graves problemas de recolha e tratamento dos resíduos sólidos municipais. Nalgumas zonas, sobretudo rurais, não é assegurado qualquer serviço de recolha. As lixeiras municipais existentes não possuem sistemas de protecção do ambiente, com excepção da de Kariotiskės, que serve Vilnius e se situa junto ao Parque Nacional de Trakai. Mas mesmo aqui as análises têm revelado uma degradação do lençol freático. O conjunto das 125 lixeiras da região está na origem da infiltração no solo de 350 000 m3 de efluentes por ano.

O projecto ISPA de gestão dos resíduos na região de Vilnius, em execução, comporta nomeadamente o encerramento de cinco das actuais lixeiras municipais, entre elas a de Kariotiskės, bem como a construção de um aterro regional, em conformidade com as normas nacionais e europeias, no local da antiga pedreira de Kazokistės, no município de Elektrenai. Este aterro será dotado de um perímetro de isolamento, de um sistema de bombagem dos efluentes, de dez poços para a análise do lençol freático e de um colector de biogás para produção de electricidade. A prazo, o projecto permitirá reduzir as infiltrações de efluentes em mais de 80%.

Um aspecto significativo do projecto – uma novidade no quadro do ISPA – é a participação do Lithuanian Green Movement (LGM), uma organização não governamental (ONG), nos debates preparatórios. Convidado como observador pelo comité de acompanhamento do projecto, o LGM participou nas audições públicas durante o procedimento de avaliação do impacto ambiental das diversas opções existentes. Após avaliação, conseguiu impor a sua oposição à construção de um incinerador de resíduos, nomeadamente devido ao custo elevado desta solução. Outro desafio foi a localização do aterro regional: os protestos da população local e de outras associações, juntamente com a argumentação cuidada do LGM, levaram as autoridades a renunciar à hipótese de utilizarem um espaço verde do município de Sirvintai e a orientarem a sua escolha para um local industrial abandonado de Kazokistės.

Contrariamente à fama de «importunas» que é muitas vezes atribuída às ONG, esta experiência muito positiva demonstra que as mesmas podem ter um papel-chave na garantia não só da qualidade de um projecto como da sua transparência pública. A experiência salienta igualmente a vantagem de uma partilha de competências, onde cabem as associações, os profissionais independentes e as administrações e onde cada um aprende com a execução de projectos tão complexos.

Contacto:

*Autoridade responsável pela execução
ISPA Implementing Agency under the Ministry of
Environment*

Juozapaviciaus 9-610, LT-2600 Vilnius

E-mail: ispa.tuminas@aplinkuma.lt

Beneficiário final

Vilnius County Waste Management Centre

Gedimino Avenue 37, LT-2001 Vilnius

E-mail: vaatc@takas.lt

Descarga na região de Vilnius.



Descoberta de um país aderente

Polónia

Uma grande entrada

Caracterizada por uma forte vocação agrícola, a Polónia é o maior dos Estados candidatos em termos de superfície, de população e de poder económico. Na véspera da sua entrada na União Europeia, este país apresenta igualmente grandes disparidades sociais e indicadores económicos diferenciados.

Situada no centro geométrico da Europa, a Polónia confina a oeste com a Alemanha, a sul com a República Checa e a Eslováquia, a norte com o enclave de Kaliningrado (Rússia) e a este com a Lituânia, a Bielorrússia e a Ucrânia. O clima é continental: verões quentes e invernos frios. A maior parte do país é constituída por planícies, mas o sul é montanhoso (Sudetas e Cárpatos). Embora as cidades industriais polacas sejam das mais poluídas do continente, a Polónia possui o último sector de floresta virgem da Europa e 27% do seu território é arborizado. Outro dado importante: 38,1% da população polaca é rural, em comparação com uma média de 14% na União Europeia.

A Polónia conseguiu manter a sua identidade nacional, apesar das importantes alterações das fronteiras ao longo da sua história. No século XVI a Polónia era o maior Estado da Europa. No século XIX desapareceu literalmente do mapa, para renascer em 1918, na forma de república parlamentar. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Polónia pagou um pesado tributo: um quarto da população polaca, incluindo três milhões de judeus, foi morta na sequência dos actos de violência do poder nazi.

Mutações e reformas

Após a libertação, a Polónia cai sob a influência soviética. As grandes greves que inflamaram o país em 1980 dão origem ao sindicato independente

Solidarnosc, dirigido por Lech Walesa. Inicia-se então uma transição política. Em 1988, o Solidarnosc é legalizado. Após as primeiras eleições livres, Tadeusz Mazowiecki (membro do sindicato independente) torna-se primeiro-ministro. Em 1990, é Lech Walesa que é eleito presidente da República. Está lançada a era da alternância política e da economia de mercado.

No plano económico, desde há 50 anos que a Polónia sofre grandes mutações. Após a Segunda Guerra Mundial, o país aposta na indústria pesada, explorando ao mesmo tempo as suas riquezas minerais, como o carvão e o enxofre. Paralelamente, a Polónia mantém a sua vocação agrícola. Singularidade face aos outros sistemas colectivistas da época: quatro quintos das terras agrícolas continuam a ser geridas de forma privada. Mas a dimensão média das explorações não ultrapassa os 8 ha e os rendimentos são diminutos.

Com os anos 80 e a mudança de regime político, o país envereda por uma dupla reforma económica: por um lado, virando-se mais para as indústrias transformadoras; por outro, privatizando maciçamente as empresas. Entre 1991 e 1996, por exemplo, 25% das empresas são transferidas para o sector privado.

Disparidades sociais e regionais

O Governo adoptou actualmente medidas drásticas de austeridade

(diminuição substancial das despesas públicas e redução das prestações sociais) para limitar a metade o défice orçamental. Uma política que criou dificuldades sociais à população, num contexto de grandes desigualdades de rendimentos.

Os indicadores nacionais da Polónia são muito variados. A inflação diminuiu significativamente: 30,4% em 1994, 12,5% em 1997, 8,5% em 2000 e cerca de 2% em 2002. Pelo contrário, o crescimento abrandou, passando de 4% em 2000 para 1,7% em 2001 e para 1% em 2002. Ao mesmo tempo, o desemprego está a aumentar: a taxa da população activa sem trabalho subiu de 15% em 2001 para cerca de 20% em 2002.

Por outro lado, na Polónia continuam a ser acentuadas as disparidades regionais entre os grandes centros urbanos onde se concentram as novas actividades e uma economia rural que continua atrasada. Num relatório de 1999⁽¹⁾, a Organização Internacional do Trabalho assinalou vários factores de desequilíbrios regionais na Polónia. Entre eles, a OIT apontou a «infra-estrutura notoriamente insuficiente fora das grandes cidades e a falta de estradas e de caminhos-de-ferro, bem como as limitações no domínio das telecomunicações». Outros tantos elementos que correm o risco de reprimir as trocas comerciais e de entravar o desenvolvimento das zonas rurais.

⁽¹⁾ «Estudos sobre a dimensão social da globalização – Polónia», Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1999.



Arredores de Suwalski, no «País dos mil lagos», na extremidade nordeste da Polónia.

O benefício europeu

Nos últimos anos, a Polónia preparou activamente a sua entrada na União Europeia. Em 1998 foi lançada uma reforma administrativa que conduziu à divisão do território em 16 regiões. Em 2002, o país designou as estruturas de gestão que serão encarregadas da aplicação dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão. Foi apresentado à Comissão o seu primeiro plano de desenvolvimento nacional para o período 2004-2006, que servirá de base à criação do quadro comunitário de apoio.

A Polónia beneficia dos diversos programas de pré-adesão. Para o período 2000-2006, o país recebeu do Instrumento Estrutural de Pré-Adesão (ISPA) um montante anual entre 385 e 398 milhões de euros. Através do Sapard (desenvolvimento rural) o país obteve, durante o mesmo período,

uma média de 168,6 milhões de euros por ano. Por último, no quadro do programa Phare, que acompanha a modernização dos países da Europa Central e Oriental desde há mais de dez anos, o montante global anual atribuído à Polónia ascendeu a 398 milhões de euros entre 2000 e 2002.

Após a sua entrada na União, o país será um beneficiário importante das ajudas europeias. Segundo os critérios de repartição definidos no Conselho Europeu de Copenhaga (Dezembro de 2002), a Polónia receberá entre 45,65% e 52,72% do total dos apoios do Fundo de Coesão atribuídos aos novos Estados-Membros. Só em relação ao objectivo n.º 1, a Polónia obterá 7 320,7 milhões de euros (preços de 1999: 13 234,3 milhões de euros para o conjunto dos «Dez»), ou seja, mais de metade das ajudas comunitárias previstas.

Contacto:

Ministerstwo Gospodarki, Pracy i Polityki Społecznej
(Ministério da Economia, do Trabalho e da Política Social)

Pl. Trzech Krzyży 3/5,
PL-00-507 Varsóvia

Tel.: (48-22) 693 50 00

Fax: (48-22) 628 68 08

Internet:

<http://www.mpips.gov.pl/index.php>

Superfície

312 680 km²

População

38 700 000 habitantes

Densidade: 124 habitantes/km²
(EU-15: 118 habitantes/km²)

Economia e emprego

Índice PIB/habitante PPC (2002): 41,1
(EU-15: 100)

Taxa de desemprego (Dezembro de 2002): 18,1% (EU-15: 7,8%)

Questões colocadas a Krystyna Gurbiel, subsecretária de Estado do Ministério da Economia, do Trabalho e da Política Social



Na véspera da sua entrada na União Europeia, a Polónia apresenta um crescimento económico mais fraco, relativamente ao dos anos 90. Ainda

mais fraco do que o dos outros países candidatos. A taxa de desemprego é igualmente elevada. O que vai ser feito para inverter estas tendências?

Relativamente a esta questão, o Governo não é o único actor em causa. A Polónia é uma economia de mercado muito aberta ao mundo e portanto muito dependente da conjuntura internacional, em especial da europeia. Feita esta ressalva, o Governo polaco tem políticas que visam reforçar o crescimento económico e a criação de emprego. A este propósito, gostaria de indicar duas importantes iniciativas recentes:

- o Ministério das Finanças está a preparar para Maio de 2003 uma reforma orçamental destinada a estimular o crescimento. Trata-se, por um lado, de reformar a fiscalidade e, por outro, de racionalizar e descentralizar as despesas públicas;
- o Ministério da Economia, do Trabalho e da Política Social está a implementar em 2003 um plano de acção com quatro prioridades: a inserção social e a redução da pobreza; o emprego; a utilização eficaz dos fundos estruturais; a melhoria da situação económica. O plano inclui uma série de medidas, tanto legislativas como

institucionais, que deverão conduzir a uma melhoria de condições para os empresários e investidores, à introdução de políticas de emprego muito mais voluntaristas e a um apoio mais eficaz e mais orientado para os grupos pobres ou em ameaça de exclusão da sociedade polaca.

Com o apoio financeiro que a Polónia vai receber ao aderir à União Europeia, como é que tenciona assegurar uma maior coesão? Como conjugar o crescimento económico e a redução das desigualdades regionais e sociais na Polónia durante os próximos anos?

A estratégia do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) consiste claramente em reduzir as disparidades económicas e sociais entre as regiões da Polónia e as regiões dos actuais Estados-Membros. Isto não significa que não vamos também actuar sobre as disparidades regionais internas. Será dada especial atenção às regiões com problemas estruturais, na agricultura ou nas indústrias tradicionais, por exemplo, bem como a grupos sociais específicos como os desempregados e as pessoas por ele ameaçadas.

Na fase actual, quais são as prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento que servirão de base à criação do quadro comunitário de apoio quando a Polónia integrar a União, em Maio de 2004?

O objectivo geral do PND é aumentar a competitividade da economia polaca. Este objectivo decompõe-se em vários objectivos intermédios: contribuir para atingir uma taxa de crescimento elevada e sustentável do PIB; criar

empregos e aumentar o nível de qualificação da mão-de-obra; ligar a Polónia às redes de transportes e de informação; contribuir para a reestruturação económica (em termos de estrutura do emprego e de estrutura do PIB); apoiar as regiões mais pobres e os grupos sociais mais frágeis.

Quais são, na sua opinião, os principais pontos fortes da Polónia, que poderão beneficiar o conjunto da União Europeia?

É difícil citá-los todos. Limitar-me-ei a indicar três: em primeiro lugar, uma população jovem e qualificada – na Europa, é a Polónia que tem actualmente o maior número de jovens que entram no mercado de trabalho; em segundo lugar, uma investigação científica activa em inúmeros domínios, ainda que tenhamos necessidade de mais recursos – em termos de *marketing* e financeiros – para aplicar as inovações; em terceiro lugar, um espírito empresarial, algo que não é palpável mas que é muito importante e de que a sociedade polaca deu provas ao longo dos últimos quinze anos de profundas mudanças.

Depoimento recolhido em 14 de Abril de 2003.

Descoberta de uma região

Saxónia-Anhalt (Alemanha)

Conjugar ciência e economia

A Saxónia-Anhalt, simultaneamente muito agrícola e muito industrial, relançou o seu desenvolvimento a partir das suas tradicionais capacidades de inovação.

Situada no centro nordeste da Alemanha, a Saxónia-Anhalt apresenta regiões naturais muito diversificadas: o Altmark, zona de colinas a norte, a planície aluvial do Elba ao centro e o maciço do Harz, montanha média atravessada por vales a sudoeste. As condições geográficas e geológicas dão ao *Land* da Saxónia-Anhalt uma estrutura muito diversificada. O norte é caracterizado por aldeias pouco povoadas (densidade: menos de 50 habitantes/km²) e com vocação exclusivamente agrícola. Mais a sul, na região do pré-Harz (Harzvorland) são explorados desde há séculos metais, carvão e sal. O Elba e o Saale foram desde sempre vias navegáveis com grande interesse. No extremo sul, ao longo dos limites do *Land* da Saxónia, cidades como Weissenfels, Naumburg e Zeitz formam uma zona de concentração industrial e de forte densidade (mais de 200 habitantes/km²) no centro do triângulo Halle-Leipzig-Erfurt.

Cerca de um quarto da população do *Land* vive em três grandes aglomerações, que são Halle (254 000 habitantes), Dessau (150 000) e Magdeburgo (232 000), a capital regional. Com muito boas ligações às redes europeias, estas três cidades são igualmente grandes e activos centros industriais, nos sectores agroalimentar (os «Börde» de Magdeburgo são

das terras mais férteis da Alemanha), químico e farmacêutico, metalúrgico, dos têxteis e do fabrico de máquinas-ferramentas.

Estes sectores foram fortemente atingidos pelas reestruturações a que os novos *Länder* foram submetidos, mas doze anos depois da reunificação alemã a Saxónia-Anhalt conseguiu modernizar as suas infra-estruturas e reorientar as suas actividades graças ao seu maior trunfo: a sua tradicional capacidade de inovar conjugando ciência e economia.

Por conseguinte, no centro da política regional do *Land* está a libertação de forças inovadoras para criar empregos. O programa objectivo n.º 1 participa nesta estratégia, ascendendo a mais de 8,7 mil milhões de euros para o período 2000-2006, sendo a contribuição comunitária de 3,4 mil milhões de euros.

A fim de otimizar as sinergias entre os agentes socioeconómicos regionais, o governo do *Land* reúne sob a designação de iniciativas regionais («Landesinitiativen») os diferentes programas de desenvolvimento de que a Saxónia-Anhalt beneficia.

Contacto:

Verbindungsbüro des Landes Sachsen-Anhalt
Boulevard Saint-Michel 78
B-1040 Bruxelas
Tel.: (32-2) 741 09 31
Fax: (32-2) 741 09 39
E-mail: wobben@vb-bruessel.stk.lsa-net.de



Catedral de Magdeburgo.

Superfície

20 447 km²

População

2 570 000 habitantes

Densidade: 126 hab./km² (EU-15: 118 hab./km²)

Economia e emprego

Índice PIB/hab. PPC (2000): 68 (EU-15: 100)

Taxa de desemprego (2001): 16,2% (EU-15: 7,6%)

Fundos estruturais (2000-2006)

Objectivo n.º 1 (milhões de euros)		
UE	Outros fundos públicos	Total
3 360,445	6 107,125	8 697,414

Conjugar qualidade de vida e turismo

Nova rede de esgotos para o centro histórico de Freyburg

Na Saxónia-Anhalt, os fundos europeus contribuem, nomeadamente, para melhorar a gestão das águas residuais. Uma vantagem que a pequena cidade turística de Freyburg aproveita.

Em 2004, Freyburg (5 000 habitantes), a cidade do vinho «Rotkäppchen», situada no sudeste da Saxónia-Anhalt, vai festejar 800 anos. A perspectiva deste aniversário foi a oportunidade para lançar um ambicioso programa de recuperação urbana que inclui a renovação da rede de esgotos. Construída na sua maior parte em 1927, esta rede já se tornara obsoleta, com canalizações muito pequenas ou mesmo entupidas.

A União Europeia estabeleceu como objectivo ligar todas as casas da UE ao sistema de esgotos. Na Saxónia-Anhalt, a taxa de ligação atinge 80%, um nível relativamente elevado, que foi possível graças a importantes investimentos realizados no *Land*: 330 000 euros para Freyburg, dos quais 120 000 provenientes do FEDER e 60 000 do governo regional.

Com as suas vinhas, as suas paisagens e o seu centro histórico muito atraentes, Freyburg é um pólo turístico importante para esta parte da Alemanha. Abrir as ruas para refazer a rede de esgotos sem prejudicar a utilização turística não foi nada fácil.



A boa coordenação das obras e dos financiamentos permitiu repavimentar as ruas e os passeios imediatamente a seguir à substituição das canalizações.

Unificação dos sítios arqueológicos de Atenas (Grécia)

Ar mais puro para que a voz dos filósofos ecoe

No quadro do programa para a unificação dos sítios arqueológicos e tendo em vista os Jogos Olímpicos de 2004, Atenas lançou um projecto de revalorização da antiga Ágora-Areópago. O seu objectivo é melhorar o quadro de vida dos habitantes e o acolhimento dos visitantes mediante obras de embelezamento e medidas para reduzir as agressões ambientais.

Atenas: cidade que evoca os deuses, cidade-mãe da democracia e de tantas personalidades que influenciaram definitivamente a civilização ocidental. No entanto, se ainda fosse possível aos antigos filósofos comunicarem-nos o que pensam, provavelmente queixar-se-iam da falta de respeito que o mundo contemporâneo revela em relação a eles...

Os sítios arqueológicos de Atenas constituem, sem dúvida, o principal elemento do património cultural da cidade e o testemunho da sua continuidade ao longo dos séculos. Estes sítios abrangem actualmente uma área total de cerca de 700 hectares, mas

estão dispersos através do tecido urbano, sem ligações entre si nem com a cidade. Além disso, são afectados pela poluição resultante da metrópole.

Seis sítios arqueológicos

A fim de proteger e valorizar os sítios históricos e arqueológicos e os monumentos à volta da colina da Acrópole, tornou-se indispensável uma intervenção do sector público. Assim, o Ministério da Cultura, o Ministério do Ambiente, da Planificação e das Obras Públicas, a Organização para a Planificação e Protecção do Ambiente de Atenas e a Sociedade de Unificação dos Sítios

Arqueológicos (EAXA S.A) trabalham desde 1994 no sentido de criarem um parque arqueológico de 700 ha. Mais precisamente, como explica o arquitecto Dora Galani, trata-se de «tratar uma zona para peões que ligue os seis sítios arqueológicos, criar zonas verdes e espaços cobertos, restaurar e conservar monumentos». O aumento do número de espaços verdes e o controlo do tráfego automóvel no perímetro deste sítio vão permitir reduzir a poluição e contribuir para melhorar as condições de circulação e o ambiente urbano de Atenas. Mas a unificação dos sítios arqueológicos não é apenas benéfica para o ambiente: as obras já iniciadas também terão outras



A limpeza dos sítios requer um trabalho minucioso.



consequências positivas para a qualidade de vida dos habitantes e para as condições de estadia dos turistas.

Ao serviço dos visitantes

O projecto de valorização do sítio arqueológico da antiga Ágora-Areópago destina-se sobretudo a tornar saudável o sítio, cujos monumentos estavam escondidos dos olhares, desde há mais de 50 anos, por uma vegetação incontrolada. Trata-se também de colocar barreiras, de arranjar três novas vias de acesso, de limpar monumentos e esculturas e de os deslocar para restabelecer os antigos caminhos, de melhorar os sistemas anti-incêndio, as condutas de água e os cabos eléctricos, etc. Haverá maior número de cartazes, brochuras e documentários, assegurando uma melhor informação do público.

São assim criadas oportunidades de emprego em domínios especializados como a pesquisa arqueológica e a conservação dos objectos de cerâmica, dos mosaicos, das esculturas e outras superfícies de mármore. Durante a realização do projecto (1997-2000) foram criados 224 postos de trabalho sazonais ou permanentes, com taxas iguais de homens e mulheres. No final dos trabalhos previstos para o 3.º quadro comunitário de apoio (QCA) calcula-se que terão sido criados 30 novos postos de trabalho para manter

e tornar operacional o sítio, que será aumentado em cerca de 250 ha. Por outro lado, o Ministério da Cultura colocou à disposição das mães que trabalham no local uma creche situada no bairro vizinho, em Plaka. Por último, participaram no projecto vários estagiários, no âmbito dos seus estudos.

Os trabalhos de restauro realizados no sítio, que dizem respeito, nomeadamente, ao primeiro tribunal de Atenas e ao templo clássico mais bem conservado, consagrado a Hefesto, mereceram grande interesse do público: estima-se que desde a realização do projecto o número de visitantes aumentou cerca de 40%.

Um parque unificado em 2004?

O projecto, com um custo total de 3,85 milhões de euros, é co-financiado pela União Europeia (75%) e pelo Ministério da Cultura grego (25%). Faz parte do programa para a unificação dos sítios arqueológicos de Atenas. Tendo em conta o número de sítios envolvidos (o templo do Olimpo, o cemitério de Kerameikos, a antiga Ágora, a colina Philopappou, a biblioteca de Adriano e as encostas sul e norte da Acrópole), os trabalhos prosseguem igualmente no contexto do 3.º quadro comunitário de apoio. O que se pretende é oferecer aos visitantes, daqui até 2004, ano em que a Grécia vai acolher os Jogos Olímpicos, a possibilidade de passearem num grande parque arqueológico unificado, onde poderão conversar livremente com os deuses e os filósofos seus preferidos...

Contacto:

Sr.ª Alkisti Choremi
Ministério da Cultura
Makrygianni 2-4
GR-117 12 Atenas
Tel.: (30) 21 09 23 81 75
Fax: (30) 21 09 23 90 23
E-mail: protocol@aepka.culture.gr
Web: <http://www.culture.gr/>

Parceria com as cidades – A iniciativa comunitária URBAN

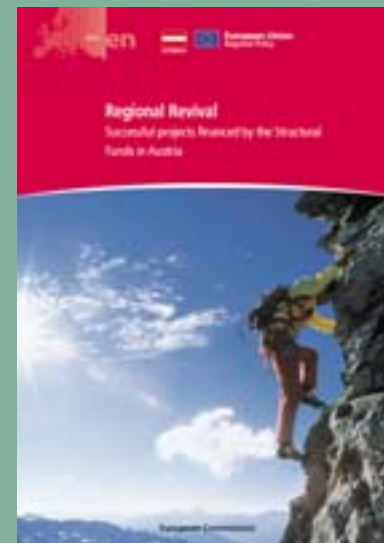
O «método URBAN» ilustrado por inúmeros projectos.



Disponível em onze línguas da União.

Regional revival – Successful projects financed by the Structural Funds in Austria [Renovação regional – projectos de sucesso financiados pelos fundos estruturais na Áustria]

Seleção de 21 projectos co-financiados pela UE na Áustria.



Disponível em alemão e inglês.

Em linha



<http://www.ewindows.eu.org>

EnviroWindows, o novo sítio Internet da Agência Europeia do Ambiente, é um lugar de intercâmbio de informações e de diálogo entre as autoridades locais, as empresas e todos os interessados no debate sobre o ambiente: meios socioprofissionais, líderes de opinião e cidadãos. Permite aos consumidores terem acesso a informações fornecidas pelas próprias empresas sobre os produtos, as boas práticas, a utilização dos recursos naturais ou a eficiência ambiental da empresa. EnviroWindows disponibiliza dois serviços principais: os grupos de interesses e os portais, qualquer deles facilitando a criação de parcerias intersectoriais destinadas a incentivar o desenvolvimento sustentável.

<http://www.interactt.net>

INTERACTT (Acção Inter-regional para a Transferência de Tecnologias) visa um duplo objectivo: transferir para as empresas aquícolas das ilhas Canárias e da Madeira a tecnologia desenvolvida em Creta para a produção de espécies juvenis marinhas e promover a cooperação entre os agentes deste sector e os centros públicos de investigação, a nível intra e inter-regional. Este projecto, criado no âmbito dos programas regionais de acções inovadoras do FEDER, destina-se aos parceiros (autoridades regionais, organismos de investigação e explorações aquícolas) que desejem pôr fim ao frequente isolamento, neste sector, entre cientistas e produtores, favorecendo ao mesmo tempo os contactos entre aquicultores. O sítio pode ser consultado em inglês, grego, espanhol e português.



<http://www.elearningeuropa.info>

O portal do programa europeu «e-Learning», que pretende ser um verdadeiro espaço de encontro virtual, contribui para dinamizar a troca de informações e de conhecimentos no domínio do ensino e da aprendizagem em linha. Além de tudo ou quase tudo o que se publica sobre este assunto, encontram-se neste sítio informações práticas relativas aos projectos, às instituições e aos recursos existentes ou em vias de ser criados na Europa.

Contactos

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 — «Informação e Comunicação»
Thierry Daman
41, avenue de Tervuren, B-1040, Bruxelas
Fax: (32-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Comissário Michel Barnier
<http://europa.eu.int/barnier>

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

© Comunidades Europeias, 2003
Reprodução autorizada mediante menção da fonte



Serviço das Publicações
Publications.eu.int